



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REPRESENTAÇÃO
DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ EM BRASÍLIA
Setor Comercial Sul Quadra 6 Bloco A, Edifício Ermes nº 130, 8º Andar CEP: 70.306-901, Brasília-DF
administracao@SEAB.ap.gov.br

ANEXO VII - MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

A presente Matriz de Alocação de Riscos tem por finalidade identificar, analisar e alocar, de forma clara e objetiva, os riscos administrativos, técnicos, operacionais e regulatórios associados ao procedimento de CREDENCIAMENTO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PEÇAS TÉCNICAS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS E APRESENTAÇÃO DE PROJETOS, SEMPRE QUE HOUVER INTERESSE PREVIAMENTE MANIFESTADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, POR INTERMÉDIO DA SEAB.

A Matriz foi elaborada em consonância com os princípios da **Lei nº 14.133/2021**, especialmente os da **planejamento, eficiência, transparência, segurança jurídica e gestão de riscos**, e tem como objetivo **orientar a atuação da Administração Pública e das empresas credenciadas**, promovendo a adequada prevenção, mitigação e tratamento dos riscos ao longo das diferentes fases do procedimento, desde o planejamento e o credenciamento até a execução técnica dos serviços, quando aplicável.

Ressalta-se que o **credenciamento não gera direito subjetivo à contratação**, tampouco implica obrigação de dispêndio de recursos públicos, sendo a eventual formalização de contrato ou instrumento equivalente **condicionada à existência de demanda concreta, disponibilidade orçamentária e decisão administrativa específica**, observada a legislação vigente.

A alocação de responsabilidades prevista nesta Matriz considera a **capacidade de gestão de cada parte em relação aos riscos identificados**, atribuindo-os àquele que detém melhores condições de preveni-los, mitigá-los ou administrá-los, de modo a reduzir a probabilidade de ocorrência de falhas, retrabalhos, atrasos e controvérsias administrativas.

A Matriz de Riscos não tem por finalidade antecipar ou garantir a recomposição de equilíbrio econômico-financeiro, mas sim **estabelecer parâmetros objetivos de gestão e responsabilização**, contribuindo para a **boa execução dos serviços, a segurança do processo administrativo e a redução da litigiosidade**, sem prejuízo da observância das normas legais e regulamentares aplicáveis em cada caso concreto.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REPRESENTAÇÃO
DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ EM BRASÍLIA
 Setor Comercial Sul Quadra 6 Bloco A, Edifício Ermes nº 130, 8º Andar CEP: 70.306-901, Brasília-DF
 administracao@SEAB.ap.gov.br

Matriz de Risco					
Fase	Tipo de risco	Descrição	Materialização	Mitigação	Responsabilidade
FASE 01 - Planejamento do Chamamento / Execução Técnica	Falhas na definição e esclarecimento do escopo	Insuficiência ou imprecisão nas informações técnicas fornecidas, gerando dúvidas quanto ao escopo ou às condições de execução do objeto.	Retrabalho, atrasos na execução ou divergências técnicas durante a elaboração dos produtos.	1. Realização de reuniões técnicas de alinhamento no início da execução; 2. Formalização das orientações por meio de registros administrativos; 3. Definição clara do escopo no termo de referência e nos comunicados de chamamento.	Contratante
FASE 01 - Planejamento do Chamamento / Execução Técnica	Falhas na definição e no esclarecimento do escopo	Insuficiência ou imprecisão nas informações técnicas fornecidas pela Administração, gerando dúvidas quanto ao escopo, às condições de execução ou aos parâmetros do produto esperado.	Retrabalho, atrasos na execução ou divergências técnicas durante a elaboração dos produtos.	1. Realização de reuniões técnicas de alinhamento no início da execução; 2. Designação de ponto focal institucional; 3. Formalização das orientações por meio de registros administrativos.	Contratante
FASE 01 - Planejamento do Chamamento / Execução Técnica	Insuficiência na prestação de informações institucionais	Ausência ou atraso no fornecimento de informações técnicas ou institucionais necessárias à correta elaboração dos produtos.	Retrabalho, atrasos na execução ou divergências técnicas.	1. Designação de ponto focal institucional para interlocução; 2. Formalização das solicitações e respostas por meio de registros administrativos; 3. Estabelecimento de prazos para resposta às demandas técnicas.	Contratante
FASE 01 - Planejamento do Chamamento / Execução Técnica	Escopo insuficientemente definido	Falta de clareza ou precisão na definição dos requisitos, objetivos e parâmetros técnicos do projeto.	Revisões sucessivas, retrabalho, necessidade de ajustes e prorrogação de prazos.	1. Definição clara do escopo no termo de referência; 2. Realização de reunião técnica inicial de alinhamento; 3. Formalização das diretrizes e alterações por meio de registros administrativos.	Contratante e Contratada



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REPRESENTAÇÃO
DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ EM BRASÍLIA
Setor Comercial Sul Quadra 6 Bloco A, Edifício Ermes nº 130, 8º Andar CEP: 70.306-901, Brasília-DF
administracao@SEAB.ap.gov.br

FASE 02 - Credenciamento e Manutenção do Cadastro	Alteração societária com impacto na qualificação técnica	Alteração na composição societária da empresa credenciada que resulte na perda ou redução da capacidade técnica exigida no edital.	Inaptidão técnica superveniente da empresa para execução do objeto.	1. Obrigação de comunicação formal de alterações societárias; 2. Reavaliação da qualificação técnica após a alteração; 3. Possibilidade de suspensão ou descredenciamento.	Contratada
FASE 03 - Chamamento / Formalização da Contratação (se houver)	Recusa da empresa credenciada em formalizar ajuste específico	Recusa injustificada da empresa credenciada em formalizar eventual contratação, quando convocada, após a aprovação técnica e existência de disponibilidade orçamentária.	Atraso pontual na formalização do ajuste específico.	1. Estabelecimento de prazo objetivo para manifestação; 2. Convocação imediata da próxima empresa credenciada, respeitada a ordem de chamamento; 3. Inexistência de direito subjetivo à contratação.	Contratada
FASE 04 - Contratação (se houver)	Não formalização de pagamento por ausência de dotação	Inexistência de pagamento em razão da ausência de disponibilidade orçamentária ou da não formalização de contratação específica.	Não celebração do contrato e inexistência de despesa pública.	1. Condicionamento expresso de qualquer pagamento à existência de dotação orçamentária e empenho prévio; 2. Inexistência de obrigação financeira decorrente do credenciamento.	Contratante
FASE 05 – Estudo Preliminar	Insuficiência de informações preliminares	Ausência ou insuficiência de dados técnicos, cadastrais ou institucionais necessários à adequada definição do objeto e ao planejamento inicial do projeto.	Decisões técnicas inadequadas, retrabalho e atrasos no cronograma.	1. Realização de levantamentos técnicos e pesquisas preliminares compatíveis com a complexidade do objeto; 2. Validação das informações iniciais antes do avanço para as etapas subsequentes.	Contratante e Contratada



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REPRESENTAÇÃO
DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ EM BRASÍLIA
Setor Comercial Sul Quadra 6 Bloco A, Edifício Ermes nº 130, 8º Andar CEP: 70.306-901, Brasília-DF
administracao@SEAB.ap.gov.br

FASE 05 – Estudo Preliminar	Validação pela intermediadora federal	Não validação das peças técnicas pela intermediadora do instrumento federal (concedente/mandatária/ agente operador).	Reprovação, glosa, exigência de retrabalho, atraso e perda de janela.	1. Formalização da contratação somente após validação prévia das peças; 2. Monitoria e revisão pela seab; 3. Atendimento a diligências em prazo; 4. Registro de evidências de conformidade.	Contratante e Contratada
FASE 06 – Estudos Técnicos Ambientais	Insuficiência de dados ambientais preliminares	Ausência ou insuficiência de informações técnicas detalhadas sobre os impactos ambientais associados ao projeto.	Identificação incompleta dos impactos ambientais, necessidade de complementação dos estudos ou retrabalho técnico.	1. Realização de estudos ambientais abrangentes e compatíveis com a complexidade do projeto; 2. Levantamento prévio de dados ambientais antes da consolidação das conclusões técnicas.	Contratada
FASE 06 – Estudos Técnicos Ambientais	Alterações supervenientes na legislação ambiental	Modificações na legislação ou em normas ambientais que impactem os requisitos aplicáveis ao projeto.	Necessidade de ajustes nos estudos ambientais, impactos nos prazos ou nos custos do projeto.	1. Monitoramento contínuo da legislação ambiental aplicável; 2. Adequação tempestiva dos estudos e soluções técnicas às exigências normativas vigentes.	Contratante e Contratada
FASE 06 – Estudos Técnicos Ambientais	Atrasos ou entraves no licenciamento ambiental	Dificuldades ou atrasos na obtenção das licenças ambientais necessárias ao desenvolvimento do projeto.	Atrasos na evolução do projeto e possíveis custos adicionais decorrentes de exigências ambientais.	1. Início tempestivo do processo de licenciamento ambiental; 2. Interlocução técnica com os órgãos ambientais competentes desde as etapas iniciais dos estudos.	Contratante e Contratada
FASE 06 – Estudos Técnicos Ambientais	Limitações técnicas na avaliação de impactos ambientais	Dificuldades técnicas na identificação e mensuração adequada dos impactos ambientais decorrentes do projeto.	Necessidade de complementação dos estudos, ajustes técnicos ou atrasos na consolidação das análises ambientais.	1. Utilização de metodologias adequadas e tecnologias compatíveis com a complexidade dos impactos avaliados; 2. Apoio de consultoria especializada, quando necessário.	Contratada



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REPRESENTAÇÃO
DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ EM BRASÍLIA
Setor Comercial Sul Quadra 6 Bloco A, Edifício Ermes nº 130, 8º Andar CEP: 70.306-901, Brasília-DF
administracao@SEAB.ap.gov.br

FASE 06 – Estudos Técnicos Ambientais	Insuficiência de qualificação técnica da equipe ambiental	Inexperiência ou insuficiência de qualificação técnica dos profissionais responsáveis pela elaboração dos estudos ambientais.	Elaboração de estudos com baixa qualidade técnica ou necessidade de complementações sucessivas.	1. Exigência de comprovação de qualificação técnica da equipe responsável pelos estudos ambientais; 2. Validação prévia das competências técnicas apresentadas; 3. Acompanhamento técnico da qualidade dos produtos entregues.	Contratada
FASE 06 – Estudos Técnicos Ambientais	Não aprovação do licenciamento ambiental	Não obtenção de licença ambiental em razão de inconsistências técnicas ou insuficiência dos estudos apresentados.	Necessidade de complementação dos estudos, atrasos na evolução do projeto ou inviabilidade ambiental da solução proposta.	1. Elaboração de estudos ambientais em conformidade com as exigências dos órgãos licenciadores; 2. Acompanhamento técnico do processo de licenciamento; 3. Atendimento tempestivo às exigências formuladas pelo órgão ambiental competente.	Contratada
FASE 07 – Estudos Topográficos	Inconsistências na medição e mapeamento topográfico	Falhas técnicas na medição ou no mapeamento do terreno que comprometam a precisão dos dados topográficos.	Inconsistências nos projetos subsequentes, necessidade de revisões técnicas e atrasos na execução das etapas seguintes.	1. Utilização de equipamentos adequados e calibrados; 2. Revisão técnica dos dados levantados por profissionais especializados; 3. Validação das informações antes de sua utilização no projeto.	Contratada
FASE 07 – Estudos Topográficos	Condições climáticas adversas durante levantamentos de campo	Ocorrência de condições meteorológicas desfavoráveis que dificultem ou impeçam a realização adequada dos levantamentos topográficos.	Atrasos na coleta de dados de campo e necessidade de reprogramação das atividades.	1. Planejamento prévio das atividades de campo considerando condições climáticas; 2. Reprogramação dos prazos quando comprovadamente necessária.	Contratante e Contratada



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REPRESENTAÇÃO
DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ EM BRASÍLIA
Setor Comercial Sul Quadra 6 Bloco A, Edifício Ermes nº 130, 8º Andar CEP: 70.306-901, Brasília-DF
administracao@SEAB.ap.gov.br

FASE 07 – Estudos Topográficos	Interferência de elementos naturais no levantamento topográfico	Presença de obstáculos naturais, como vegetação densa ou relevo acidentado, que dificultem a execução adequada das medições topográficas.	Dificuldades na obtenção de dados precisos, necessidade de retrabalho ou ajustes metodológicos.	1. Limpeza prévia das áreas de medição quando tecnicamente viável; 2. Adoção de métodos alternativos ou complementares de levantamento; 3. Planejamento das atividades de campo considerando as condições locais.	Contratada
FASE 07 – Estudos Topográficos	Falhas técnicas em equipamentos de medição	Mau funcionamento ou falhas técnicas nos equipamentos utilizados para medições topográficas.	Interrupções na coleta de dados, baixa precisão das medições ou necessidade de refação dos levantamentos.	1. Manutenção preventiva e calibração regular dos equipamentos; 2. Disponibilidade de equipamentos de reserva; 3. Verificação técnica dos dados coletados.	Contratada
FASE 08 – Estudos Batimétricos	Utilização de equipamentos inadequados para medições batimétricas	Emprego de equipamentos de batimetria incompatíveis com as características do local ou com o nível de precisão exigido.	Dados imprecisos ou inconsistentes, necessidade de repetição das medições e atrasos na conclusão dos estudos.	1. Seleção de equipamentos compatíveis com as condições locais; 2. Calibração periódica dos instrumentos utilizados; 3. Validação técnica dos dados obtidos.	Contratada
FASE 08 – Estudos Batimétricos	Condições climáticas adversas durante medições batimétricas	Ocorrência de condições meteorológicas desfavoráveis que dificultem ou impeçam a realização adequada das medições batimétricas.	Atrasos na coleta de dados e necessidade de reprogramação das atividades de campo.	1. Planejamento prévio das atividades considerando as condições climáticas locais; 2. Adequação do cronograma quando comprovadamente necessário.	Contratante e Contratada
FASE 08 – Estudos Batimétricos	Existência de obstáculos subaquáticos não identificados previamente	Presença de obstáculos subaquáticos não detectados nas etapas iniciais que dificultem a realização adequada das medições batimétricas.	Interrupções na coleta de dados, necessidade de ajustes metodológicos e reprogramação das atividades.	1. Utilização de métodos complementares de detecção e mapeamento subaquático; 2. Adequação do cronograma quando tecnicamente justificada.	Contratante e Contratada



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REPRESENTAÇÃO
DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ EM BRASÍLIA
Setor Comercial Sul Quadra 6 Bloco A, Edifício Ermes nº 130, 8º Andar CEP: 70.306-901, Brasília-DF
administracao@SEAB.ap.gov.br

FASE 08 – Estudos Batimétricos	Falhas de calibração em equipamentos batimétricos	Calibração inadequada ou imprecisa dos equipamentos utilizados nas medições batimétricas.	Dados imprecisos ou inconsistentes, necessidade de repetição das medições.	1. Calibração regular dos equipamentos; 2. Realização de testes de precisão antes do início da coleta de dados; 3. Validação técnica dos resultados obtidos.	Contratada
FASE 09 – Sondagem do Solo	Dificuldades de acesso aos pontos de sondagem	Acesso limitado aos locais de sondagem em razão de condições geográficas, logísticas ou ambientais adversas.	Atrasos na realização das sondagens ou necessidade de reprogramação das atividades de campo.	1. Planejamento prévio das atividades de campo; 2. Identificação antecipada de possíveis obstáculos de acesso; 3. Ajuste de prazos quando tecnicamente justificado.	Contratante e Contratada
FASE 09 – Sondagem do Solo	Utilização de equipamentos inadequados para as características do solo	Emprego de equipamentos de sondagem incompatíveis com as características geotécnicas do solo analisado.	Dados imprecisos, inconsistências nos resultados e necessidade de repetição das sondagens.	1. Seleção adequada dos equipamentos conforme as características do solo; 2. Treinamento técnico da equipe responsável pela execução das sondagens; 3. Validação técnica dos dados obtidos.	Contratada
FASE 09 – Sondagem do Solo	Danos a estruturas existentes durante a sondagem	Possibilidade de danos a estruturas existentes em razão das atividades de sondagem do solo.	Necessidade de reparos, atrasos na execução das atividades e custos adicionais decorrentes de intervenções corretivas.	1. Levantamento prévio das estruturas existentes na área de sondagem; 2. Adoção de medidas de proteção adequadas durante a execução dos serviços; 3. Acompanhamento técnico das atividades de campo.	Contratada
FASE 10 – Ensaio de Laboratório	Falhas técnicas em equipamentos de laboratório	Mau funcionamento ou calibração inadequada dos equipamentos utilizados na realização de ensaios laboratoriais.	Dados imprecisos, resultados inconsistentes ou necessidade de repetição dos ensaios.	1. Manutenção preventiva e calibração periódica dos equipamentos; 2. Realização de verificações técnicas antes da execução dos ensaios; 3. Validação dos resultados obtidos.	Contratada



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REPRESENTAÇÃO
DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ EM BRASÍLIA
Setor Comercial Sul Quadra 6 Bloco A, Edifício Ermes nº 130, 8º Andar CEP: 70.306-901, Brasília-DF
administracao@SEAB.ap.gov.br

FASE 10 – Ensaio de Laboratório	Contaminação de amostras durante transporte ou armazenamento	Contaminação das amostras coletadas em razão de procedimentos inadequados de transporte ou armazenamento.	Resultados laboratoriais inválidos, necessidade de novas coletas e atrasos no cronograma.	1. Adoção de procedimentos técnicos adequados de coleta, transporte e armazenamento; 2. Utilização de embalagens apropriadas e controle das condições de conservação; 3. Rastreabilidade das amostras.	Contratada
FASE 10 – Ensaio de Laboratório	Falhas humanas na execução de ensaios laboratoriais	Erros operacionais ou falhas humanas durante a realização dos ensaios laboratoriais.	Resultados imprecisos ou inconsistentes, necessidade de repetição dos ensaios.	1. Capacitação e treinamento contínuo da equipe técnica; 2. Implementação de procedimentos de controle de qualidade; 3. Revisão técnica dos resultados obtidos.	Contratada
FASE 10 – Ensaio de Laboratório	Ausência de padronização nos procedimentos de ensaio	Inexistência ou adoção inadequada de procedimentos técnicos padronizados para a execução dos ensaios laboratoriais.	Resultados inconsistentes, dificuldade de comparação entre estudos e necessidade de repetição de ensaios.	1. Adoção de procedimentos operacionais padronizados compatíveis com normas técnicas aplicáveis; 2. Capacitação da equipe técnica responsável pelos ensaios; 3. Controle interno da qualidade dos resultados.	Contratada
FASE 11 – Elaboração do Projeto / Execução Técnica	Descumprimento das Condições Contratuais	Não cumprimento, pela empresa credenciada, das obrigações técnicas, prazos ou condições estabelecidas no edital, no termo de referência ou na legislação aplicável.	Inexecução parcial ou total do objeto, necessidade de retrabalho ou impossibilidade de aproveitamento do produto entregue.	1. Definição objetiva das obrigações técnicas no edital e no termo de referência; 2. Acompanhamento técnico contínuo das entregas; 3. Exigência de correções sem ônus adicional até a conformidade técnica; 4. Possibilidade de substituição da empresa pela próxima credenciada.	Contratada



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REPRESENTAÇÃO
DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ EM BRASÍLIA
Setor Comercial Sul Quadra 6 Bloco A, Edifício Ermes nº 130, 8º Andar CEP: 70.306-901, Brasília-DF
administracao@SEAB.ap.gov.br

FASE 11 – Elaboração do Projeto / Execução Técnica	Avaliação técnica insuficiente	Entrega de produtos técnicos com qualidade inferior aos parâmetros mínimos estabelecidos no edital e no termo de referência.	Reprovação técnica do produto, necessidade de retrabalho ou inviabilidade de aproveitamento do estudo ou projeto.	1. Definição objetiva de critérios de qualidade no edital e no termo de referência; 2. Análise técnica formal das entregas pela Administração; 3. Exigência de correção e reapresentação do produto sem ônus adicional até a conformidade técnica; 4. Possibilidade de substituição da empresa pela próxima credenciada, em caso de persistência da insuficiência técnica.	Contratada
FASE 11 – Elaboração do Projeto / Execução Técnica	Atraso injustificado na entrega	Descumprimento dos prazos estabelecidos para entrega dos produtos técnicos, sem justificativa aceita pela Administração.	Perda de prazos institucionais, atraso na análise técnica ou risco de perda de janela de captação de recursos federais.	1. Estabelecimento de cronograma objetivo no momento do chamamento; 2. Acompanhamento técnico das entregas; 3. Registro formal de atrasos; 4. Possibilidade de substituição da empresa credenciada pela próxima da fila, sem ônus para a Administração.	Contratada
FASE 11 – Elaboração do Projeto / Execução Técnica	Restrição de acesso às dependências administrativas	Limitação ou restrição de acesso dos profissionais da empresa credenciada às dependências da Administração, quando necessário para coleta de informações ou alinhamento técnico.	Dificuldades na obtenção de informações, atrasos na execução ou prejuízo à qualidade do produto técnico.	1. Definição prévia, no momento do chamamento, da necessidade ou não de acesso físico; 2. Estabelecimento de protocolos objetivos de acesso e responsáveis institucionais; 3. Priorização de meios remotos sempre que possível.	Contratante
FASE 11 – Elaboração do Projeto / Execução Técnica	Descumprimento das obrigações técnicas	Inobservância, pela empresa credenciada, das obrigações técnicas, prazos ou condições estabelecidas no edital, no termo de referência ou na legislação aplicável.	Inexecução parcial ou inadequada do produto técnico, necessidade de retrabalho ou inviabilidade de aproveitamento do projeto.	1. Definição objetiva das obrigações técnicas e dos critérios de aceitação; 2. Acompanhamento técnico formal das entregas; 3. Exigência de correções sem ônus adicional até a conformidade; 4. Possibilidade de substituição da empresa pela próxima credenciada.	Contratada



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REPRESENTAÇÃO
DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ EM BRASÍLIA
Setor Comercial Sul Quadra 6 Bloco A, Edifício Ermes nº 130, 8º Andar CEP: 70.306-901, Brasília-DF
administracao@SEAB.ap.gov.br

FASE 11 – Elaboração do Projeto / Execução Técnica	Desempenho técnico insuficiente	Entrega de produtos técnicos em desconformidade com os critérios mínimos de qualidade definidos no edital e no termo de referência.	Reprovação técnica, necessidade de retrabalho ou inviabilidade de aproveitamento do produto.	1. Definição objetiva de critérios de avaliação; 2. Análise técnica formal das entregas; 3. Exigência de correções sem ônus adicional; 4. Substituição da empresa credenciada em caso de reincidência.	Contratada
FASE 11 – Elaboração do Projeto / Execução Técnica	Atraso injustificado na entrega dos produtos	Descumprimento reiterado dos prazos estabelecidos para entrega dos produtos técnicos, sem justificativa aceita pela Administração.	Atraso na análise técnica, comprometimento de prazos institucionais ou perda de janela de captação de recursos federais.	1. Definição de cronograma objetivo no chamamento; 2. Acompanhamento técnico das entregas; 3. Registro formal dos atrasos; 4. Possibilidade de substituição da empresa credenciada pela próxima da fila.	Contratada
FASE 12 – Anteprojeto	Incompatibilidade ou conflito de requisitos	Existência de requisitos técnicos conflitantes, inconsistentes ou divergentes entre áreas demandantes ou partes interessadas.	Retrabalho, ajustes sucessivos e atrasos na evolução do projeto.	1. Análise integrada dos requisitos antes da consolidação do anteprojeto; 2. Realização de reuniões técnicas de compatibilização; 3. Formalização das diretrizes aprovadas por meio de registros administrativos.	Contratante e Contratada
FASE 12 – Anteprojeto	Estimativas de custo inadequadas	Elaboração de estimativas de custo incompatíveis com os parâmetros legais, normativos ou com os limites orçamentários disponíveis.	Orçamento insuficiente, inconsistências na modelagem orçamentária ou inviabilidade de execução futura.	1. Elaboração de estimativas de custo com base em referenciais oficiais e legislação vigente; 2. Validação das premissas orçamentárias junto à Administração; 3. Análise prévia de riscos financeiros associados às estimativas.	Contratante e Contratada



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REPRESENTAÇÃO
DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ EM BRASÍLIA
 Setor Comercial Sul Quadra 6 Bloco A, Edifício Ermes nº 130, 8º Andar CEP: 70.306-901, Brasília-DF
 administracao@SEAB.ap.gov.br

FASE 12 – Anteprojeto	Interpretação ambígua de requisitos técnicos	Ambiguidades ou imprecisões na definição dos requisitos técnicos podem gerar divergências entre as expectativas da Administração e o produto desenvolvido.	Retrabalho, ajustes sucessivos ou não atendimento às expectativas institucionais.	1. Consolidação formal dos requisitos antes da conclusão do anteprojeto; 2. Realização de reunião técnica de validação com registro das diretrizes aprovadas; 3. Formalização de eventuais ajustes por meio de registros administrativos.	Contratante e Contratada
FASE 12 – Anteprojeto	Inviabilidade ou restrições legais supervenientes	Existência de impedimentos ou restrições legais e normativas que impactem a concepção ou a execução do projeto.	Atrasos na evolução do projeto, necessidade de ajustes técnicos ou custos adicionais para adequação legal.	1. Análise prévia da legislação aplicável ao objeto; 2. Verificação de requisitos legais antes da consolidação do anteprojeto; 3. Consulta a áreas técnicas ou jurídicas especializadas, quando necessário.	Contratante e Contratada
FASE 13 – Projeto Básico	Insuficiência de detalhamento técnico	Elaboração de projeto básico com nível de detalhamento insuficiente para atender às exigências técnicas, normativas ou institucionais aplicáveis.	Revisões sucessivas, retrabalho e atrasos na execução das etapas subsequentes.	1. Observância das normas técnicas e dos referenciais aplicáveis; 2. Fornecimento de diretrizes e cadernos de encargos pela Administração; 3. Realização de reuniões técnicas com demandantes e órgãos envolvidos, quando necessário.	Contratante e Contratada
FASE 13 – Projeto Básico	Incompatibilidade técnica de materiais especificados	Especificação de materiais incompatíveis entre si ou inadequados às condições técnicas e normativas do projeto.	Necessidade de revisão das especificações, retrabalho técnico ou risco de inviabilidade da solução projetada.	1. Análise técnica criteriosa das propriedades e aplicações dos materiais; 2. Verificação de compatibilidade com normas técnicas e diretrizes do projeto; 3. Validação das especificações antes da consolidação do projeto básico.	Contratada
FASE 13 – Projeto Básico	Incompatibilidade entre disciplinas de projeto	Falhas na compatibilização entre as disciplinas técnicas do projeto, resultando em soluções conflitantes	Necessidade de ajustes técnicos, retrabalho e atrasos na consolidação do projeto.	1. Realização de compatibilização técnica entre disciplinas antes da entrega do projeto; 2. Utilização de ferramentas e métodos adequados de compatibilização; 3. Verificação integrada das soluções propostas.	Contratada



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REPRESENTAÇÃO
DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ EM BRASÍLIA
Setor Comercial Sul Quadra 6 Bloco A, Edifício Ermes nº 130, 8º Andar CEP: 70.306-901, Brasília-DF
administracao@SEAB.ap.gov.br

		ou incoerentes.			
FASE 14 – Projeto Executivo	Insuficiência de detalhamento para execução	Elaboração de projeto executivo com nível de detalhamento insuficiente para permitir a execução adequada do objeto.	Retrabalho técnico, atrasos na execução e dificuldades na implementação da solução projetada.	1. Revisão técnica rigorosa do projeto executivo; 2. Validação do detalhamento por especialistas nas respectivas disciplinas; 3. Verificação de conformidade com normas técnicas e diretrizes do projeto.	Contratada
FASE 14 – Projeto Executivo	Falhas na coordenação entre disciplinas	Insuficiência na coordenação e integração entre as disciplinas técnicas envolvidas no projeto executivo.	Conflitos técnicos entre disciplinas, retrabalho e falhas de comunicação durante a consolidação do projeto.	1. Realização de reuniões periódicas de coordenação técnica; 2. Utilização de ferramentas adequadas de integração e compatibilização entre disciplinas; 3. Validação integrada das soluções antes da entrega final.	Contratada
FASE 14 – Projeto Executivo	Estimativas de custo inadequadas no projeto executivo	Elaboração de estimativas de custo inconsistentes ou desatualizadas no âmbito do projeto executivo.	Necessidade de revisões orçamentárias, ajustes de escopo ou inviabilidade técnica da solução proposta.	1. Revisão periódica das estimativas de custo durante o desenvolvimento do projeto; 2. Utilização de sistemas e referenciais adequados de controle de custos; 3. Validação das premissas orçamentárias antes da consolidação do projeto executivo.	Contratada
FASE 15 – Projeto de Trabalho Técnico Social	Baixo engajamento da comunidade impactada	Baixa participação ou resistência da comunidade afetada às ações previstas no projeto de trabalho técnico social.	Dificuldades na implementação das ações, atrasos no cronograma ou necessidade de ajustes metodológicos.	1. Planejamento prévio das ações de mobilização social; 2. Realização de consultas públicas e atividades participativas desde as fases iniciais; 3. Comunicação transparente e contínua com a comunidade.	Contratante e Contratada



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REPRESENTAÇÃO
DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ EM BRASÍLIA
Setor Comercial Sul Quadra 6 Bloco A, Edifício Ermes nº 130, 8º Andar CEP: 70.306-901, Brasília-DF
administracao@SEAB.ap.gov.br

FASE 15 – Projeto de Trabalho Técnico Social	Alterações normativas ou de políticas sociais	Mudanças na legislação ou em políticas públicas que impactem a abordagem metodológica do projeto de trabalho técnico social.	Necessidade de revisão das ações previstas, ajustes no cronograma ou adequação das estratégias de intervenção.	1. Monitoramento contínuo do ambiente regulatório e das políticas públicas aplicáveis; 2. Adequação tempestiva do projeto às novas diretrizes normativas.	Contratante e Contratada
FASE 15 – Projeto de Trabalho Técnico Social	Conflitos de interesse entre grupos sociais afetados	Existência de conflitos de interesse entre diferentes grupos impactados pelo projeto, com potencial de comprometer a execução das ações sociais previstas.	Atrasos na execução das atividades, necessidade de revisão das estratégias de atuação ou dificuldades na implementação do projeto.	1. Adoção de estratégias estruturadas de mediação e diálogo social; 2. Realização de reuniões participativas para construção de consensos; 3. Registro formal das deliberações e encaminhamentos.	Contratante e Contratada
FASE 15 – Projeto de Trabalho Técnico Social	Dificuldades na implementação de medidas mitigatórias ou compensatórias	Dificuldades operacionais, institucionais ou sociais na implementação das medidas mitigatórias ou compensatórias previstas para mitigar impactos sociais decorrentes do projeto.	Insatisfação da comunidade afetada, atrasos na execução das ações sociais ou necessidade de revisão das medidas originalmente previstas.	1. Elaboração prévia de plano de ação com definição clara de responsabilidades, prazos e recursos necessários; 2. Acompanhamento sistemático da implementação das medidas; 3. Ajustes metodológicos tempestivos diante de obstáculos identificados.	Contratante e Contratada